

tribuna da CIDADE

POR BENÍCIO TAVARES



Deputado distrital pelo PTR

Educação e saúde

Educação e saúde são deveres do Estado, direitos do cidadão. É a Constituição que nos garante isto. E não basta a simples oferta desses direitos. É indispensável que eles sejam universalizados, gratuitos e de boa qualidade. Sonhos? Sim. Para nós esses direitos consagrados em todo o mundo são ainda sonhos. Basta observar que no Canadá, por exemplo, uma das pátrias do capitalismo moderno, a educação e a saúde são exatamente conforme descrito acima. Em Cuba, um dos últimos remanescentes do socialismo real, esses direitos são assegurados da mesma forma que no Canadá. E na Inglaterra, na Alemanha, na Suíça e em todos os países desenvolvidos a educação e a saúde têm absoluta preponderância nos respectivos orçamentos.

No Brasil não poderia ser diferente. Mas é. Nos orçamentos federal, estaduais ou municipais, a educação e a saúde quase nunca detêm esse tratamento privilegiado. Isto não é de agora, vem de séculos de desatenção, descaso e desinteresse. Não adianta procurar culpas de hoje. Porque somos todos nós.

Responsabilizar governos eleitos recentemente por uma calamidade secular é abusar da boa fé alheia, é buscar o conflito, a discórdia e tirar proveito das situações resultantes desse caos. À sociedade civil, à comu-

nidade interessada cabe exigir a prestação desse serviço, conforme prescreve a Constituição. Certos estão, pois, os pais que querem escolas e hospitais funcionando. Certos estão os alunos que querem professores em salas de aula. Certos também estão os professores que exigem respeito, boas condições de trabalho e salários justos.

O que está errado, então? O erro está na intolerância. O erro está naqueles que não percebem a gravidade da situação — mais de 40 dias sem aulas — e insistem em tirar proveito político-partidário dessa crise na educação do DF.

O governador Roriz, há semanas, vem ouvindo todos os segmentos interessados na solução dos problemas educacionais do DF. Insistentemente, vem o governador buscando soluções rápidas junto ao Governo Federal — que é quem paga a conta — para que nossas crianças voltem a ter aulas.

A condição única, básica, é somente uma: o Governo Federal exige a imediata volta às salas de aula para retomar a discussão. O governador Roriz deu um prazo: 15 dias úteis ele precisa para resolver o problema, desde que os professores estejam em sala de aula.

Todos os segmentos concordaram: os pais, os alunos, os auxiliares de ensino e até mesmo considerável parcela dos professores (que já voltaram às aulas) concordaram com a proposta do Governo. O Sinpro, insisto, não percebendo a gravidade da situação, quis tirar proveito da crise e não só recusou a proposta, mas agrediu, ofendeu, desrespeitou.

E agora? Agora houve o rompimento, acabou o diálogo e o Governo vai usar de todas as suas prerrogativas, toda a sua capacidade para resolver o problema diretamente com a categoria, independentemente de sindicato.

Quem procura acha.